

**HUMANAS E SOCIAIS**

V.10 • N.2 • 2024 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2024v10n2p538-548



## **O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO BRASILEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS DECOLONIAIS**

BRAZILIAN BLACK FEMINIST THOUGHT AND ITS  
CONTRIBUTION TO DECOLONIAL STUDIES

EL PENSAMIENTO FEMINISTA NEGRO BRASILEÑO Y SU  
CONTRIBUCIÓN A LOS ESTUDIOS DECOLONIALES

Letícia Rocha Santos<sup>1</sup>  
João Paulo Allain Teixeira<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem o objetivo de compreender as problemáticas específicas trazidas por intelectuais brasileiras que adotam uma perspectiva decolonial. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, com metodologia feminista decolonial, que analisou o campo de estudos decoloniais e, especificamente, autoras do pensamento feminista negro brasileiro: Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. A partir da análise da literatura, observou-se que os conceitos e práticas trazidos pelas autoras alinham-se ao que é produzido nos estudos decoloniais em outros países e contam com especificidades relativas à história brasileira. Desse modo, a compreensão sobre a obra de autoras brasileiras decoloniais apresenta importantes contribuições para o campo de estudos.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Estudos Decoloniais. Feminismo Negro. Giro Decolonial.

## ABSTRACT

The aim of this article is to understand the specific issues raised by Brazilian intellectuals who adopt a decolonial perspective. To this end, an exploratory study was carried out using decolonial feminist methodology, which analyzed the field of decolonial studies and, specifically, the authors of Brazilian black feminist thought: Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro. Based on the analysis of the literature, it was observed that the concepts and practices brought by the authors are in line with what is produced in decolonial studies in other countries and have specificities relating to Brazilian history. In this way, understanding the work of Brazilian decolonial authors makes important contributions to the field of studies.

## KEYWORDS

Decolonial studies; Black Feminism; Decolonial turn.

## RESUMÉN

El objetivo de este artículo es comprender las cuestiones específicas planteadas por intelectuales brasileñas que adoptan una perspectiva decolonial. Para ello, se realizó un estudio exploratorio con metodología feminista decolonial, en el que se analizó el campo de los estudios decoloniales y, específicamente, a las autoras del pensamiento feminista negro brasileño Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez y Sueli Carneiro. A partir del análisis de la literatura, se observó que los conceptos y prácticas planteados por las autoras están en consonancia con lo que se produce en los estudios decoloniales en otros países y tienen especificidades relativas a la historia brasileña. De este modo, la comprensión de la obra de los autores decoloniales brasileños aporta importantes contribuciones al campo de estudios.

## PALABRAS-CLAVE

Decolonialidad. Epistemicidio. Amefricanidad. Quilombo. Feminismo negro.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto de análise investigar as produções teóricas de autoras brasileiras em temas relacionados ao pensamento decolonial. Trata-se de uma proposta de investigação inicial acerca das contribuições dessas autoras para se pensar em uma perspectiva decolonial considerando as formulações teóricas elaboradas a partir do Brasil.

Não se pode negar que, no estudo de qualquer movimento social ou vertente teórico-epistemológica sempre existem identificações e rupturas. Essas rupturas geralmente expressam a necessidade de um olhar mais específico para determinada situação e suas peculiaridades – isso aconteceu, por exemplo, nos movimentos feministas. Da mesma forma é possível observar esse fenômeno em relação aos estudos decoloniais, que aglutinaram pesquisadores(as) com diferentes enfoques, mas depois serviram de base para a criação de outras vertentes.

Uma dessas vertentes é o feminismo decolonial, que surge como resposta à necessidade de visibilizar as questões de gênero dentro da colonialidade. Diante disso, pode-se questionar: a contribuição de autoras brasileiras tem sido considerada ao se pensar nas perspectivas decoloniais? O que está sendo invisibilizado nessa construção teórica relativamente ao Brasil?

Neste estudo, o objetivo é compreender em que medida as perspectivas teóricas de autoras feministas negras convergem com os estudos decoloniais. Esta problematização é elaborada a partir das teorias decoloniais, que são formuladas majoritariamente por homens e, até mesmo dentro do “feminismo decolonial”, nota-se a ausência de mulheres brasileiras como referências.

Para essa investigação, são analisadas as obras das autoras Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que fazem uma crítica essencialmente decolonial a partir de suas perspectivas enquanto feministas negras brasileiras, trazendo um enfoque a questões específicas que não são tratadas no contexto das teorias elaborados no horizonte do assim chamado “giro decolonial”.

Embora haja diversas outras autoras que estão no mesmo campo teórico, essas foram escolhidas por conta da proximidade de suas elaborações com os conceitos de colonialidade do ser, do saber e do poder, já tradicionais dentro dos estudos decoloniais.

Nesse sentido, o percurso metodológico também considera as questões conceituais relativas ao contexto que ensejou o surgimento do feminismo negro no Brasil e o giro decolonial na América Latina. Adota-se uma metodologia feminista decolonial, a qual exige uma autodefinição na produção do conhecimento, bem como “supõe uma tomada de postura na construção do conhecimento que deve considerar a geopolítica, a ‘raça’, a classe, a sexualidade, o capital social, entre outros posicionamentos [...]” (Curiel, 2019, p. 42).

Assim, compreendendo que os feminismos têm em comum a busca pela igualdade, para uma metodologia feminista decolonial é necessário articular as questões de gênero, raça e classe social (entre outras) com o contexto em que se vive: “uma ordem mundial capitalista moderna-colonial” (Curiel, 2019, p. 45). Além dessas delimitações epistemológicas, trata-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório (Gil, 2012), buscando uma compreensão mais ampla das autoras estudadas.

## 2 COLONIALIDADE E ESTUDOS DECOLONIAIS

Em relação aos estudos decoloniais na América Latina, é oportuna a análise do seu histórico para depois entender suas premissas, conceituações e a forma como esse campo pode ser compreendido atualmente. Sem esgotar a extensão de tal produção teórica, faz-se aqui um panorama fundamental para a estruturação deste trabalho.

O chamado giro decolonial surge a partir dos estudos subalternos, que reunia inicialmente pensadores indianos e latino-americanos, dedicados a compreender os efeitos do colonialismo enquanto processo histórico, sobre as sociedades politicamente emancipadas. A permanência de estruturas coloniais, a despeito da independência formal de vários países, determinou a construção de sociedades repletas de assimetrias.

Parte-se assim do pressuposto de que a existência de uma relação de dominação entre os europeus e os conquistados de todos os continentes, chamada de colonialismo, ocorre hoje em outros moldes, sendo chamada de colonialidade (Quijano, 1992). Neste sentido, a instrumentalização da razão pelo poder colonial frustrou as promessas da modernidade – e, por isso, é necessária a crítica ao paradigma europeu da racionalidade/modernidade, que se pretende universal (Quijano, 1992).

Esta crítica, porém, antes mesmo do giro decolonial ocorreu em vários momentos históricos e em diversas localidades. Anteriormente à institucionalização do pensamento decolonial em si, já havia críticas ao colonialismo que eram reconhecidas, elaboradas por autores como Frantz Fanon (2005; 2008). A partir da consolidação desse pensamento, além do próprio Frantz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi são recorrentemente citados como referências pelos(as) autores(as) que estão nesse campo de estudos.

No âmbito da epistemologia, da teoria e da política, a institucionalização do pensamento decolonial resulta de um esforço de articulação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que “realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de ‘giro decolonial’” (Ballestrin, 2013, p. 89).

Esse giro decolonial diz respeito tanto a mudanças de atitudes das pessoas que sofrem com os efeitos da colonialidade (para que elas vejam a elas mesmas de forma positiva), quanto a um projeto de ação, envolvendo intervenções de diversas ordens, como políticas, intelectuais e epistemológicas (Maldonado-Torres, 2020). Observa-se que “[...] as práticas de descolonização precedem tudo o que foi conceituado como decolonial” (Curiel, 2019, p. 36), possuindo uma amplitude maior no aspecto prático. Entretanto, “[...] aquilo que é original dos estudos decoloniais parece estar mais relacionado com as novas lentes colocadas sobre velhos problemas latino-americanos do que com o elenco desses problemas em si” (Ballestrin, 2013, p. 108).

No âmbito acadêmico, o Grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia, localizado no campo dos estudos pós-coloniais, trazia importantes discussões em torno do colonialismo e da subalternidade – mas sem mencionar teóricos(as) latino-americanos(as) (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Na década de 1990 houve, academicamente, a inserção da América Latina nos estudos pós-coloniais, por meio do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, criado por intelectuais latino-americanos

e americanistas que viviam nos Estados Unidos (Grosfoguel, 2008). Essas movimentações mais institucionalizadas também possibilitaram questionamentos e reflexões sobre o lugar desses estudos.

Compreendida, de forma breve, a construção dos estudos decoloniais, faz-se necessário pontuar alguns conceitos relativos à colonização e colonialidade. A colonização é equivalente à coisificação (Cesaire, 1978), que retira a humanidade do povo colonizado. Já a colonialidade, de acordo com Enrique Dussel (2005), é um padrão de poder que enseja ingerência e intervenção em povos que não correspondem ao padrão civilizatório europeu.

Dentro da colonialidade está compreendida a ideia de que a dominação não se restringe a terras e recursos, mas também alcança as formas de pensamento, de produção de conhecimento e de estruturas sociais (Maldonado-Torres, 2018). Além disso, incide sobre as questões de gênero e sexualidade e sobre o conhecimento jurídico (Sprenger; Teixeira, 2016).

A produção da lógica colonial pode ser observada a partir de três dimensões: a colonialidade do saber, que faz referência ao sujeito, ao objeto e ao método e utiliza instrumentos binaristas de classificação hierárquica (Mignolo; Walsh, 2012); a colonialidade do ser, que diz respeito ao tempo, ao espaço e à subjetividade; e a colonialidade do poder, que se conecta à estrutura, à cultura e ao sujeito (Maldonado-Torres, 2018). Em síntese, a “construção do sistema colonial perpassa a colonização de reconhecimento de humanidade (colonialidade do ser), da produção do saber (colonialidade do saber) e do controle político (colonialidade do poder)” (Passos; Santos; Espinoza, 2020, p. 151-152).

Há também contribuições de autoras que se situam no marco do feminismo descolonial, como María Lugones (2008; 2014), que explicita a necessidade de olhar tanto para a desumanização quanto para a subalternização como violências da colonialidade. Um olhar a partir das experiências das mulheres latino-americanas que gera uma perspectiva mais apurada em relação às violências sofridas por todas as pessoas.

Para além dos corredores das universidades, houve – e há – diversas mobilizações em torno da decolonialidade, com diferentes formatos. Com isso, esses grupos e indivíduos “estão se desvinculando da modernidade/colonialidade para revincular-se às suas próprias memórias e legados, e desse modo reafirmando modos de existência que os satisfazem” (Mignolo, 2019, p. 13).

Nas organizações sociais, a decolonialidade se traduz justamente nessa busca por seus próprios caminhos, em detrimento de um ideal universalista ora imposto, forjando modos de existência e reexistência. Esses projetos de reexistência, portanto, são múltiplos, como múltiplas são as realidades afetadas pela Matriz Colonial de Poder (MCP).

Assim, a decolonialidade “não se constitui num projeto acadêmico que obrigaria aqueles que a adotassem a citar seus autores e conceitos chaves, nem se constitui numa espécie de universalismo abstrato” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 20). Trata-se, então, de uma perspectiva com alto de nível de descentralização, sem a necessidade de vinculação teórica ou prática específica.

É possível, compreendendo essa multiplicidade de caminhos, aproximar a decolonialidade da realidade brasileira – antes mesmo da incorporação dos estudos decoloniais no Brasil. Mais recentemente, Bernardino-Costa e Grosfoguel reconhecem as contribuições das intelectuais negras brasileiras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro como intervenções político-acadêmicas decoloniais, tendo em vista que “pensam a condição do negro na sociedade brasileira a partir da experiência

da diferença colonial. A partir do lugar epistêmico de negro nessa sociedade” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 20).

Este reconhecimento, entretanto, é uma exceção. Dentre as principais referências político-acadêmicas decoloniais estão autores de países que não o Brasil. Majoritariamente homens. E é por isto que o enfoque aqui adotado é o de buscar e visibilizar as autoras brasileiras que têm pensado o Brasil a partir da “diferença colonial” (Mignolo, 2020). Isto é, ao ter como objetivo estudar mulheres que escrevem a partir de uma perspectiva decolonial não há uma restrição às produções que se intitulam decoloniais, mas sim uma inclusão daquelas que intrinsecamente possuem esse posicionamento político, mesmo sem se enquadrar numa rotulação teórica.

Assim, pode-se pensar em caminhos para perspectivas decoloniais forjadas em território brasileiro, a partir de pensadoras que já formulavam teorias contra a colonialidade antes mesmo da consolidação desse campo teórico, como as que serão trazidas a seguir.

### 3 INTERVENÇÕES POLÍTICO-ACADÊMICAS: FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO

Historicamente, é evidente que as mulheres foram (e ainda são) excluídas dos espaços acadêmicos. Ainda assim, existem autoras que têm refletido sobre as estruturas sociais e também atuado na construção de outros modos de vida em sociedade.

Para delimitar o objeto deste estudo, optou-se por estudar especificamente as autoras Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que podem ser situadas dentro do campo prático e teórico do feminismo negro. A escolha foi feita considerando que essas mulheres podem ser consideradas como referências ao se pensar em intervenções político-acadêmicas decoloniais no Brasil, como citado anteriormente (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016), e possuem uma obra que atualmente é possível de ser acessada. A vasta obra das autoras demonstra uma perspectiva crítica sobre as estruturas sociais e os ideais dominantes no Brasil.

Além disso, as autoras refletem (sobre) as especificidades da construção da sociedade brasileira. Desde a forma como as pessoas negras eram vistas pelos colonizadores até a tardia abolição e a construção do mito da democracia racial para uma (violenta) tentativa de construção de uma identidade nacional.

Em 1975, a historiadora Beatriz Nascimento já retratava uma grande contradição: ao mesmo tempo em que eram proclamados os ideais iluministas na Europa, perpetuava-se o sistema escravocrata no Brasil (Nascimento, 2021). E esse é só um (nítido) exemplo de como os “marcos civilizatórios” são relativos, dependendo de qual localidade se fala.

Em seus textos, reflete sobre a estratificação social, que permaneceu mesmo com tantas mudanças ocorridas no processo de industrialização na primeira metade do século XX, com especial ênfase para a situação de subordinação em que a mulher negra se encontrava (Nascimento, 2006).

Mais do que enunciar um sistema de opressão, a autora também apresenta uma das respostas a esse sistema: a criação dos quilombos como uma nova forma de organização social. Eles eram definidos como uma “forma de resistência organizada dos negros nos séculos de dominação escravista”,

um meio de reação ao colonialismo (Nascimento, 2021, p. 109). No pós-abolição, o quilombo pode ser visto como uma resposta à colonialidade. Nas palavras de Beatriz Nascimento (2006, p. 124), é um “código que reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica”.

Já Sueli Carneiro, em 2005, publica sua tese sobre outra forma de violência colonial: o epistemi-cídio. A autora reflete sobre/a situação do Brasil, conectada aos modos de deslegitimação do saber do outro a partir da dimensão racial. Para ela, “a construção do Outro como Não-ser do saber e do conhecimento, [compreende] seus nexos com o contexto da modernidade ocidental, na sua interseção com o experimento colonial”, sendo que tal experimento “se desdobra até o presente no campo do conhecimento, em instrumento de afirmação cultural e racial do Ocidente” (Carneiro, 2005, p. 277).

A construção do Outro como Não-ser implica em não considerar este Outro como sujeito de direitos. Seja o direito de ir e vir, limitado pela repressão policial, seja o direito de questionar as violências sofridas (Carneiro, 2005). Portanto, a autora retrata os impactos da colonialidade do saber especialmente considerando a situação das pessoas negras no Brasil, que se transforma a passos lentos.

A formação histórico-cultural do Brasil também foi objeto de estudo de Lélia Gonzalez (2020; 2022), que reafirma a centralidade da influência dos povos africanos e dos povos originários. A autora propõe uma abordagem interligada do racismo, sexismo, colonialismo e imperialismo, não só para teorizar sobre a realidade, mas também para pensar em caminhos de transformação (Gonzalez, 1998).

Lélia Gonzalez formulou a categoria “Amefricanidade”, que está inserida em uma ótica pós-colonial e “surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder” (Cardoso, 2014, p. 969). Por meio de tal categoria foi possível pensar especificamente sobre a construção da sociedade brasileira, permeada pela violência colonial.

A autora foi fortemente influenciada por Frantz Fanon, teórico decolonial, para elaborar importantes contribuições para que se compreenda o mito da democracia racial, que se perpetua até hoje, explicando a presença “racismo por denegação” no Brasil, que é um país racialmente estratificado mesmo depois de abolir formas mais explícitas de segregação. Isto comprova, portanto, que “a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades.” (Gonzalez, 2020, p. 359).

Além disto, Lélia Gonzalez estuda as formas de organização do negro no momento pós abolição, com a construção de entidades que buscavam redefinir e implantar as reivindicações da comunidade negra (Gonzalez; Hasenbalg, 2022). A partir de suas obras, pode-se refletir sobre o papel do Direito nessas concepções de democracia, igualdade de direitos humanos.

Essas três autoras foram escolhidas para análise neste trabalho, reconhecendo que também são referenciadas em outras pesquisas que possuem enfoques diferentes, como a de Thula Pires (2019). A autora retrata a necessidade de “romper com uma compreensão sobre os direitos humanos que reproduza a proteção ilusória que o colonialismo jurídico oferece a corpos e experiências negras”, além de “informar uma proposta de construção dos direitos humanos centrada e compreendida a partir da zona do não-ser” (Pires, 2019, p. 69).

Contemporaneamente, na prática brasileira e latino-americana, essas perspectivas são faróis para modos de organização social mais horizontalizados e menos colonizados. As comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, cooperativas de extrativismo sustentável, movimentos culturais de valorização das heranças indígenas e africanas, novas pesquisas e narrativas formuladas a partir dos conhecimentos desses grupos são exemplos da diversidade de formas como o trabalho nas autoras é socialmente relevante, por refletir o passado e inspirar o futuro.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos decoloniais constituem um amplo campo político-teórico em construção há décadas em diversas partes do globo. Dentro dessa diversidade, porém, observa-se algumas lacunas relativas às formulações teóricas e práticas que são visibilizadas dentro desse campo.

A partir das análises realizadas, foi possível entender que autoras como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro também se alinham a tal campo e, como intelectuais brasileiras, tem uma importante contribuição ao debate. Trazem em suas obras uma perspectiva situada e complexa, que se dá a partir dos seus estudos e das suas vivências, constituídas por questões como racismo, sexismo, classismo e colonialismo.

Não se trata de uma negação das semelhanças existentes entre países da América Latina, em que tem sido formuladas teorias decoloniais, e das contribuições de autores(as) de outros países. Pelo contrário, trata-se de pensar justamente qual lugar o Brasil ocupa neste cenário, especialmente por não ter o espanhol como idioma oficial. Pensar quais são as questões específicas do Brasil em toda sua diversidade.

É necessário lembrar que os estudos decoloniais retomam práticas já existentes – há muito tempo – por meio da resistência de diversos grupos oprimidos. Como Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) ressaltam, a decolonialidade pode ser compreendida de forma mais ampla, incluindo a resistência de populações negras e indígenas e, em especial, a tradição do pensamento negro.

Assim, as autoras apresentam outras interpretações e caminhos possíveis no contexto brasileiro. Beatriz Nascimento aponta o quilombo como uma resposta à colonialidade e suas formas de organização, o que pode constituir uma subversão à colonialidade do poder. Lélia Gonzalez formula a categoria político-cultural “amefricanidade”, que consubstancia reflexões sobre a constituição do indivíduo brasileiro, que foi impactado de diversas formas pela colonialidade do ser. Sueli Carneiro traz o conceito de epistemicídio, que constitui uma expressão da colonialidade do saber.

A partir disso, pode-se compreender a complexidade da perspectiva decolonial e os modos como ela perpassa a história do Brasil, traduzida por autoras atentas às demandas do seu tempo, olhando para o passado para compreender suas raízes e pensar estratégias compatíveis com as realidades locais.

Portanto, tais contribuições, trazidas por autoras do feminismo negro brasileiro, podem contribuir para que o campo decolonial tenha uma abordagem mais diversa, com perspectivas de pessoas que partem de outras regiões geográficas, com outras identidades de gênero, outras pertencças sociais e raciais.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo incentivo à pesquisa. À Universidade Federal de Pernambuco por possibilitar o desenvolvimento do trabalho realizado.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: MELO, Paula Balduino de *et al.* (org.). **Descolonizar o feminismo**. VII Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do Instituto Federal de Brasília. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-51.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Zahar, 2022.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. El Caribe, la colonialidad, y el giro decolonial. **Latin American Research Review**, v. 55, n. 3, p. 560-573, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MIGNOLO, Walter D. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, n. 48, 2020.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: RATTTS, Alex (org.). **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. p. 102-105.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. RATTTS, Alex (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PASSOS, Rute; SANTOS, Leticia Rocha; ESPINOZA, Fran. Direitos humanos, decolonialidade e feminismo decolonial: ferramentas teóricas para a compreensão de raça e gênero nos locais de subalternidade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020.

PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **Latin American Studies Association**, v. 50, n. 3, p. 69-74, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indíg.**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; TEIXEIRA, João Paulo Allain. En busca de una teoría constitucional decolonial aplicada al ciber-mundo: reflexiones desde silencios digitales. *In*: ESTUPIÑÁN-ACHURY, Liliana; EMERIQUE, Lilian Balmant (org.). **Constitucionalismo en clave descolonial**. Bogotá: Universidad Libre, 2022. p. 262-284.

---

**Recebido em:** 2 de Fevereiro de 2024

**Avaliado em:** 27 de Fevereiro de 2024

**Aceito em:** 10 de Novembro de 2024

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Mestra em Direitos Humanos, Universidade Tiradentes – PPGD/UNIT; Especialista em Direito Público, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas; Graduada em Direito, Universidade Tiradentes – UNIT; Bolsista Capes/PDSE; Doutoranda em Direito, Universidade Federal de Pernambuco (CCJ-PPGD/UFPE), vinculada à Linha de Pesquisa “Justiça e Direitos Humanos na América Latina”. E-mail: leticia.rocha.aju@gmail.com

2 P Doutor em Direito, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2005); Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2000); Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e do curso de graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Estágio Pós-Doutoral no CES-Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (2018); Master em Teorias Críticas do Direito pela Universidad Internacional de Andalucía, Espanha (1998); Líder do grupo de pesquisa Recife Estudos Constitucionais REC – CNPq; Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq); Coordenador da Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos da UNICAP. E-mail: jpallain@hotmail.com

Copyright (c) 2024 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

